



Ciência & Saúde Coletiva

ISSN: 1413-8123

cecilia@claves.fiocruz.br

Associação Brasileira de Pós-Graduação
em Saúde Coletiva

Brasil

Lopes Pena, Paulo Gilvane
Por uma agenda global para movimentos sociais
Ciência & Saúde Coletiva, vol. 8, núm. 4, 2003, pp. 863-866
Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva
Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63042998006>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Trata-se do debate exemplarmente desenvolvido por Arrighi (2003), ao descrever a chamada Economia Política dos Sistemas Mundo, segundo o qual estaríamos vivendo um processo de transição entre “as antigas vantagens que sustentam a hegemonia do Ocidente” para “um retorno ao balanço relativo dos centros múltiplos exibidos no sistema mundial do século 12”. Isto em resposta ao recente fortalecimento econômico de estados muito distantes dos centros hegemônicos do Ocidente, como o que se observa na Ásia Oriental atualmente. Assim, embora concentrando um inegável poderio militar, os estados ocidentais não contam com recursos humanos ou financeiros para centralizar um poder global. Tensão que pode ser resumida nos seguintes termos: *Será que muitos dos problemas enfrentados pelos Estados Unidos não decorrem do fato de que, diferentemente da Grã-Bretanha na onda de globalização do século 19, os EUA não dispõem de um Império Indiano para cobrir seus déficits no balanço de pagamentos e para fornecer a mão-de-obra militar de que necessita para policiar o mundo?* (Arrighi, 2003).

Ora, este aspecto, que denota a constante crise e instabilidade no sistema, não deixa de existir, em outras bases, também no interior dos próprios movimentos antiglobalizantes.

Chamo a atenção aqui para a instigante análise sobre a Conferência Mundial sobre o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada em 2001, na África do Sul (Blackwell & Naber, 2002). As autoras mostram que aquele encontro reiterou a dependência entre globalização neoliberal e estratificação racial, discriminação sexual e exploração de classe. Entretanto, as autoras assinalam a multiplicidade de arenas e relações de poder no interior do encontro, que ultrapassaram largamente as esferas comerciais e macropolíticas para criar ruídos que perpassaram a própria articulação dos movimentos sociais, porque estes, via de regra, reproduzem a estrutura mesma das sociedades contemporâneas, notadamente no que diz respeito ao confronto ocidente *versus* oriente.

Assim, os movimentos antiglobalizantes estão, eles próprios, submetidos às tensões culturais, religiosas, filosóficas que têm sido duramente atingidas pela chamada globalização liberal. Fica evidente, então, que o jogo de forças é ainda extremamente duvidoso e intrincado e que a balança penderá, historicamente, para os que forem capazes de agregar respeito à diversidade, tolerância e solidariedade em escala

planetária. Em termos históricos trata-se, certamente, de um desafio inteiramente novo.

Referências bibliográficas

- Arrighi G 2003. Globalização e macrossociologia histórica. *Revista de Sociologia e Política* 20:13-23
 Blackwell M & Naber N 2002. Interseccionalidade em uma era de globalização. *Revista Estudos Feministas* 10(1):190
 Buss PM 2002. Globalização e doença: num mundo desigual, saúde desigual! *Cadernos de Saúde Pública* 18(6) nov-dez.
 Loewenson R 2001. Globalization and occupational health: a perspective from Southern África. *Bulletin of the World Health Organization* 79(9):863-868.
 Lucchese G 2001. A internacionalização da regulamentação sanitária. *Ciência & Saúde Coletiva* 8(2):537-555
 Santos M 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Record, Rio de Janeiro.

Por uma agenda global para movimentos sociais

Toward a global agenda for social movements

Paulo Gilvane Lopes Pena¹

O artigo "A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal" proporciona uma leitura rica e necessária para atualização de pesquisadores, dirigentes e militantes sobre as questões relativas ao processo de globalização e a emergência de lutas sociais de âmbito planetário. Há um esforço dos autores, alcançado com sucesso, em definir conceitos chaves como o de globalização e neoliberalismo, no contexto dos seus impactos econômicos, sociais e ecológicos. Introduzem um debate novo sobre "guerras de redes", bases estas para a construção de ações sociais virtuais "reais" e planetárias, pois se constituem em expressões virtuais de um mundo real de lutas sociais. Discutem estratégias inovadoras para as organizações sociais sobre o uso de técnicas informático-comunicacionais e suas diversas modalidades de redes numéricas (digitais), adequando-as em estruturas que expressam ordens políticas diversas e que segura-

¹ Departamento de Medicina Preventiva, UFBA.
 plpena@uol.com.br e pena@ufba.br

mente avançam em relação ao que se conhecia no âmbito de outros movimentos sociais estruturados, a exemplo do que chamaríamos de "cibersindicalismo", com suas lutas locais e internacionais e suas estruturas numéricas/ comunicacionais/virtuais. Esta reflexão teórica do termo globalização é importante para a definição do objeto de compreensão e das suas relações complexas com a conjuntura e as mudanças estruturais nas sociedades, que marcam o final do século 20.

Para Pierre Bourdieu (1998), o "neoliberalismo" se constitui em um programa prescrito para o planeta pela potência americana. Algumas condições favoreceram a prescrição deste programa sem contestação, a ponto de se estabelecer uma hegemonia do Consenso de Washington, que se impôs como o "pensamento único". Uma das condições foi a crise do Estado de Bem-Estar Social na Europa; outro foi o afundamento da ex-União Soviética, simbolicamente marcado pela queda do muro de Berlim. Neste contexto emergiu a denominada unipolaridade comandada pelos EUA, tornando possível as condições históricas para a prescrição deste programa planetário, sem grandes alternativas em evidência e lutas sociais de resistência na sua fase inicial. O programa adota um modelo pautado na tríade: liberação das fronteiras nacionais para impor a livre circulação do mercado; reforma do estado, na perspectiva da implementação do estado mínimo; flexibilização do trabalho, eliminando as barreiras de proteção do trabalhador e impondo também a liberdade para a exploração do trabalho pelo capital. Essa nova reordenação econômica, colocada sob o signo da liberdade para o capital, é, com efeito, uma "violência estrutural", que subordina os estados nacionais às exigências das liberdades econômicas, suprime todas as leis de proteção do trabalho (Freitas, 2001) e de mercado nacionais, interdita *déficits* e inflações, privatiza serviços públicos e, sobre tudo, reduz vertiginosamente as despesas públicas e sociais. O Brasil aplicou de forma rigorosa este programa no "ciclo neoliberal", que iniciou com o governo Collor e finalizou, no segundo governo Cardoso. As consequências econômicas e sociais são conhecidas, mas ainda exigem estudos para uma avaliação em profundidade desse processo. O programa neoliberal tem gerado consequências planetárias que resultam também de transformações estruturais do desenvolvimento do capitalismo. Nesse sentido, caso os movimentos sociais se li-

mitem a uma ação apenas contrária à globalização corporativa neoliberal, outros programas planetários, que atendam apenas aos interesses de desenvolvimento capitalista, poderão ser prescritos, como alude Pierre Bourdieu.

A crise estrutural do capitalismo acentuada nos anos 90 tem como referência a crise do trabalho. A história do capitalismo industrial contém fases contraditórias de automação de processos produtivos, desemprego, conquistas sociais, assim como, contrariamente, construção de novas dimensões técnico-sociais de criação de emprego. Com a invenção do "chip" nos anos 50, uma nova revolução técnica foi iniciada, desencadeando um insidioso e gigantesco fenômeno de "numerização" dos processos produtivos, serviços, lazer, tornando-se hoje um paradigma planetário que se impõe até mesmo como um instrumento nas lutas populares. Nesse contexto de revoluções técnicas, a reestruturação produtiva se utilizou dessa nova qualidade – a autonomia e flexibilidade operacional das técnicas – determinando uma consequente flexibilização do trabalho concomitante a um incremento espetacular da redução de postos de trabalho. Nos países desenvolvidos, o processo de automação, associado à reestruturação produtiva, resultou no desemprego estrutural em massa, fundado essencialmente no desenvolvimento técnico e na ausência de políticas protetoras do trabalho. Chegou-se mesmo a falar no fim do trabalho (Rifkin, 1996), ou na sua metamorfose profunda, gerando a perda da sua centralidade (Gorz, 1988). A profundidade dessa crise trouxe para o centro da questão social o conceito de exclusão.

A análise dessas populações socialmente marginalizadas remete aos conceitos clássicos de "vagabundo" – como na era feudal (Castel, 1995), *lumpemproletário* em Marx, *anomia* (Durkheim, 1930). Na Europa a "exclusão" tornou-se um fenômeno social maior, associado ao desemprego de longa duração. Para Robert Castel (1995) o conceito de exclusão social é insuficiente para expressar a gravidade e a profundidade do fenômeno em questão. Este autor propõe a noção de desfiliação social em substituição ao termo "exclusão", pois, para ele, os "excluídos" se tornam inválidos para a reinclusão social, na medida em que a sociedade impõe uma dinâmica de movimento e transformação rápida, que faz romper as ligações sociais incidentes no desencadeamento da exclusão. Desse modo "os excluídos" se tornam rejeitados pela exigência do trabalho com no-

vas técnicas, eliminação de postos de trabalho, redução do suporte social pela crise do Estado de Bem-Estar Social, enfraquecimento dos mecanismos de solidariedade, lutas sindicais e conquistas corporativas, levando-os a riscos de doenças e dependências químicas associadas a precárias condições de vida. Neste sentido, o "excluído" não pode ser re-inserido em uma relação mecânica e estática com a sociedade que o rejeitou, pois não há mais aquela condição social originária da sua exclusão. São os "novos pobres" dos países desenvolvidos, resultantes da crise estrutural do capitalismo em associação com o programa neoliberal de perda de direitos sociais de proteção. Para a América Latina, as populações "excluídas" estão sob condições sociais de miséria extrema, cuja adição de fenômenos estruturais como o desemprego tecnológico, ainda inicial, e o desemprego prescrito pelo programa neoliberal, agrava uma realidade cruel, jamais vista na nossa história. Jean Ramonet (2001) propõe um conceito que lhe parece mais próximo dessa realidade: "guerra social". Muitos "excluídos" estão, na verdade, inseridos em uma modalidade de guerra diferente da convencional entre países, ou de uma guerra civil tradicional. Ramonet comparou os dados de mortes por violência do Rio de Janeiro com todas as outras guerras convencionais da época, incluindo a guerra dos Balcãs, os conflitos do Oriente Médio, as guerras africanas, e concluiu que os índices do Rio eram mais expressivos que todas as citadas guerras juntas. A análise demográfica do Brasil também expressa uma sobremortalidade de jovens, em faixa etária típica de condições demográficas de países em guerra.

Aproximando-se mais desse fenômeno, estudos antropológicos qualitativos têm expressado a gravidade da situação de violência e fome nas periferias das grandes cidades, como mostra Freitas (2003). Um número expressivo da população favelada do Brasil e da América Latina encontra-se sob o controle para-estatal do narcotráfico. Podemos qualificar a situação, resumidamente, como a ausência de Estado ou quando este presta serviços o faz de maneira extremamente precária. Bandos de narcotraficantes subjugam populações de regiões inteiras de favelas, redefinindo suas fronteiras. Mais ainda, controla a circulação de cidadãos, muitas vezes estabelecendo formas de "passaportes" para liberar acesso a pessoas estranhas às regiões governadas; organizam milícias e verdadeiros exércitos de controle territorial sob a égi-

de do terror e da punição mortal a qualquer tipo de resistência ao narcodomínio. Trata-se, pois, de uma organização urbana de economia interna baseada na distribuição de drogas como modalidades de "trabalho" e, absolutamente, fora do controle do Estado; uma organização em que a circulação da população é regulada com toques de recolhimento e restrições de espaços públicos; manutenção de normas e condutas criminosas de atividades diversas, lazer, produção e comércio, porém com regras que se assemelham a um sistema jurídico paralelo com julgamentos sumários com requintes de crueldades. É esta a construção de uma narcocultura, com seus heróis, festejos e ritos que impedem a ação do Estado com a vigilância sanitária, pesquisadores do IBGE e das universidades, inspeções de toda ordem – fazendária, do trabalho, e outras; criam processos de formação de narcoagentes, controlam as religiões e sobretudo eliminam ou submetem ao seu controle absoluto as diversas organizações e movimentos sociais de luta de defesa do interesse dessas populações narcossubjugadas. Ainda considerando que estas populações são também vítimas da "exclusão" tecnológica, do analfabetismo informacional, dificilmente terão conhecimento e acesso às redes numéricas de lutas dos movimentos sociais altermundialistas. Finalmente, a dimensão dessa questão deixou de ser localizada e se generalizou a ponto de o narcotráfico governar milhões de favelados, além de estar infiltrado nos três poderes formais, tratando-se de um fenômeno dos grandes centros urbanos da América Latina (exceção de Cuba), muitas vezes dominando países que se tornaram verdadeiros narcopaises.

Dessa forma, conceitos como lumpemproletário, anomia social ou mesmo desfiliação são insuficientes para compreender esta realidade. Não há anomia na desordem social das favelas. Ocorre uma emergência de nova ordem social, de natureza hedionda, advinda do narcotráfico, delimitando narcorregiões, em perspectivas de constituição de narconações e narcopovos. Essa nova ordem se expressa em guerras sociais e representa um fenômeno continental, que resulta dos mesmos processos de crise do capitalismo e da aplicação do programa neoliberal.

A globalização neoliberal expressa uma realidade multifacetária da "exclusão" social que resulta em modalidades de guerras: as imperialistas e unipolares, a exemplo da guerra dos EUA contra o Iraque; as guerras entre os povos africanos, excluídos que são das políticas so-

ciais; e a guerra social, típica no Brasil e em países semelhantes que aderiram radicalmente ao programa neoliberal. Nesse sentido, a discussão do conceito de globalização e a agenda de lutas dos movimentos altermundialistas podem contemplar esta e outras dimensões do seu espectro da atuação. Quem fala pelos narcos-óprimidos? Pelos exércitos de crianças obrigadas a guerrear na África? Os movimentos antiglobalização ou altermundialistas e seus instrumentos técnicos em redes planetárias podem considerar a ampliação do espectro de ação, incluir tais "hiperexcluídos" de todo o planeta, globalizando sua agenda de lutas. Trata-se da construção de caminhos que superem a generalização das guerras sociais, civis e imperialistas, a emergência de narcorregiões e narconações e a consolidação de um futuro simultâneo da humanidade em condições que assegurem o próprio futuro do planeta.

De fato, este texto proporciona ótimas reflexões ao processo de globalização e a emergência de lutas sociais de âmbito planetário. As descrições que faço objetivam apenas reunir material para contribuir com este debate.

Referências bibliográficas

- Bourdieu P 1998. L'essence du néolibéralisme. In *Le Monde Diplomatique* mars :3.
- Castel R 1995. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Edit. Fayard, Paris.
- Durkheim E (1930) 1994. *De la division du travail social*. (3a ed.). Presse Universitaire de France/Quadrigé, Paris.
- Freitas CE 2001. Alterações na regulamentação das relações de trabalho no governo Fernando Henrique. *Revista Precarização e Leis do Trabalho nos anos FHC*. Secretaria Política Sindical, CUT.
- Freitas M 2003. *Agonia da fome*. Fiocruz-EDUFBA, Rio de Janeiro-Salvador.
- Gorz A 1988. *Métamorphose du travail. Quête du sens: critique de la raison économique*. Editions Galilée, Paris.
- Ramonet I 2001. Guerre sociale. In *Le Monde Diplomatique* novembro :1.
- Rifkin J. (1995) 1996. *La fin du travail*. Ed. La Découverte, Paris.

Os movimentos sociais e o novo papel dos estados-nação diante do fenômeno da globalização

Social movements and the new role of nation-states vis-à-vis the globalization phenomenon

*Carlos Minayo*¹

A leitura do artigo “A globalização dos movimentos sociais: resposta social à Globalização Corporativa Neoliberal” me suscita uma série de questões de natureza diversa. Concentrarei a discussão em dois pontos que, a meu ver, mereceriam maior atenção ou deveriam receber tratamento mais cauteloso: a) a compreensão que os autores apresentam sobre a globalização e o papel atual do Estado-nação; b) a valorização atribuída às redes virtuais.

Parto do pressuposto de que todas as teorias são parciais e sua fecundidade reside, dentre outros fatores, nos tipos de questão que enfocam. Considero, portanto, que os autores, apesar de seu empenho em qualificar o fenômeno complexo da globalização, sobre o qual incidem inúmeras dimensões centrais da atividade social, não incorporaram suficientemente alguns elementos essenciais para o entendimento desse fenômeno e, particularmente, do papel estratégico do Estado na atual conjuntura. Concordo com as críticas à “coisificação” e às simplificações de analistas favoráveis à globalização, que a apresentam como um processo sem sujeito cujos efeitos e consequências são vistos como homogêneos e universais. Considero, porém que, em sua argumentação, acabam por cair no erro que criticam.

Explico-me. No que diz respeito a sua opção pela vertente interpretativa que classificam como “progressista” e, mais precisamente, pelo uso da denominação “globalização corporativa neoliberal”, restringem o conceito de globalização ao âmbito das forças hegemônicas que dominam o processo. Limitam a complexidade do fenômeno que, como aponta Fiori (1997) citado no artigo, envolve *inúmeras dimensões não-econômicas num intrincado processo de decisões privadas e públicas tomadas na forma de sucessivos e inacabados desafios e ajustes*. Faço

¹ Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana. Fiocruz.
minayogo@ensp.fiocruz.br